



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PARECER: 450/2019–G1P

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 27.676/2017

EMENTA: 1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – SEDS/DF. POSSÍVEL PREJUÍZO AO ERÁRIO DECORRENTE DO CONTRATO Nº 59/2009 CELEBRADO ENTRE A ENTÃO SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL – SETRAB/DF E A EMPRESA IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. SISTEMA DE PLANEJAMENTO DE TRANSFERÊNCIA – SISPLAT. INEXECUÇÃO DO AJUSTE. ANÁLISE INICIAL.
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE CITAÇÃO DA EMPRESA IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. E DOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS.
3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.

1. Tratam os autos de Tomada de Contas Especial - TCE instaurada no âmbito da então Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB/DF, para apurar responsabilidade por possível prejuízo decorrente do Contrato nº 59/2009, firmado entre a então Secretaria de Estado de Trabalho do DF – SETRAB e a empresa IBROWSE Consultoria e Informática LTDA., cujo objeto tratava, em essência, da contratação para desenvolvimento e instalação do “Sistema de Planejamento de Transferência – SISPLAT”.

2. A Comissão de TCE, por meio do Relatório de fls. 45/51 do Processo nº 430.002.812/2014, preliminarmente concluiu não ser possível determinar a autoria de ato irregular.

3. Ato Continuo, foi emitido o Relatório de Conclusão de TCE nº 43/2018/COTCE/SUCOR, às fls. 112/116 do Processo nº 430.002.812/2014, por meio do qual se imputou responsabilidade solidária aos Srs. Rodrigo Germano Delmasso Martins (Chefe da Unidade de Administração Geral) e Marcelo de Oliveira Montini (Gerente de Suporte de Tecnologia da Informação e Executor do Contrato nº 59/2009), pelo prejuízo ao erário distrital, no valor original de R\$ 1.173.538,30 (montante integral do ajuste).

4. Em seguida, certificou-se a **irregularidade das contas**, por meio do Certificado de Auditoria-TCE nº 165/2018-DINFA/CONIP/COGEI/SUBCI/CGDF, fl. 126 do Processo nº 430.002.812/2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

5. Por seu turno, a Unidade Técnica, conforme o contido na Informação nº 55/2019 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 26/34, entendeu pela **citação dos responsáveis**.

6. Ao final, sugeriu ao e. **Plenário**:

“I. tomar conhecimento da presente tomada de contas especial, objeto do Processo nº 430.002.812/2014 e de seus apensos de nº 430.000.481/2009 e 430.000.377/2009;
*II. determinar, com amparo no art. 13, II, da LC nº 1/94, a **citação** dos responsáveis elencados a seguir para que, no prazo de 30 dias, apresentem alegações de defesa ou efetuem e comprovem o recolhimento, **em solidariedade, do débito total de R\$ 2.003.541,46** (valor atualizado até 02/04/19), conforme segregação individual exposta na Matriz de Responsabilização (fl. 22), destacando que os montantes deverão ser atualizados na data da efetiva quitação, nos termos da LC nº 435/01, em razão das irregularidades verificadas na contratação, execução e fiscalização do Contrato nº 59/2009, que resultaram na **completa inexecução do ajuste**, alertando-os, caso apresentem defesa e estas sejam consideradas improcedentes, da possibilidade do julgamento irregular de suas contas, com base no art. 17, III, “c”, da LC nº 1/94, cumulado com as penalidades previstas no art. 56 e 60 do mesmo diploma legal:*

*1) **Rodrigo Germano Delmasso Martins** (Chefe da UAG, CPF: 700.249.871-15), pela contratação e assinatura do Contrato nº 59/2009, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico SRP nº 63/2008, do TRT da 15ª Região, desprovida de estudos técnicos que demonstrassem a necessidade e compatibilidade dos serviços contratados com a realidade (infraestrutura tecnológica) da então SETRAB (solidário pelo valor integral do prejuízo, R\$ 2.003.541,46);*

*2) **Antônio Irapuan Bezerra Melo** (Chefe UAG, CPF: 144.328.203-06), pela aprovação do pagamento de todas as notas fiscais (º 3234, 3235, 3336 e 3427) e encaminhamento para liquidação da despesa sem averiguar a existência de documentos e elementos mínimos que atestassem a regular execução dos serviços (solidário pelo valor integral do prejuízo, R\$ 2.003.541,46);*

*3) **Marcelo de Oliveira Montini** (Gerente de Suporte de TI, CPF: 878.980.126-15, solidário pelo valor integral do prejuízo, R\$ 2.003.541,46), pela:*

a) elaboração do projeto básico (fls. 2/33 do Processo nº 430.000.481/09) desprovido de estudos técnicos que demonstrassem a necessidade e compatibilidade dos serviços contratados em adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico SRP nº 63/2008, do TRT da 15ª Região com a realidade (infraestrutura tecnológica) da então SETRAB;

b) elaboração de relatórios de execução contratual (fls. 113/114 do Processo nº 430.000.481/09) e assinatura de atestos (fls. 101 e 111 do 430.000.481/09), referente às notas fiscais nº 3234 e 3235, atestando que os serviços vinham sendo prestados regularmente, sem que se tenha nenhuma prova nos autos de tal fato;

*4) **Vilmar Ângelo Rodrigues** (Gerente de Suporte de TI, CPF: 910.842.881-68), pela elaboração de relatórios de execução contratual (fls. 154/178 do Processo nº 430.000.481/09), referente às notas fiscais nº 3336 e 3427, atestando que os serviços vinham sendo prestados regularmente, sem que se*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

tenha nenhuma prova nos autos de tal fato (solidário até o limite de R\$ 1.204.364,34);

5) Luciano Ferreira de Araújo (atesto de executor, CPF: 547.362.935-00), pelas assinaturas de atesto de execução dos serviços nas notas fiscais nº 3336 e 3427 (fls. 148 e 173 do Processo nº 430.000.481/09) sem que se tenha nenhuma prova nos autos de tal fato (solidário até o limite de R\$1.204.364,34);

*6) empresa **IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA** (CNPJ: 02.877.566/0001-21), beneficiária dos pagamentos relativos ao Contrato nº 59/2009, no qual não existem elementos que comprovem a regular execução do serviço (solidária pelo valor integral do prejuízo, R\$ 2.003.541,46);*

III. autorizar:

1) as citações mencionadas no item II por edital, com fulcro no art. 23, III, da LC nº 1/94, caso as tentativas de comunicar os responsáveis sejam infrutíferas;
2) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências devidas.” (fls. 32/34 Grifei).

7. A referida manifestação contou com a anuência do Diretor da 2ª Divisão de Contas, assim como do Secretário de Controle Externo (fls. 34-v).

8. Após este relato, passo à análise do feito.

9. **Ab initio**, vale destacar que o **MPC/DF** comunga com análise realizada pela Unidade Técnica.

10. O presente processo demanda, nesta fase, análise a respeito da tomada de contas especial em exame e das consequências de seu deslinde, sobretudo quanto à possibilidade de **citação** da sociedade empresária **IBROWSE Consultoria e Informática LTDA**, e dos **Srs. Rodrigo Germano Delmasso Martins** (Chefe da UAG), **Antônio Irapuan Bezerra Melo** (Chefe da UAG), **Marcelo de Oliveira Montini** (Gerente de Suporte de TI e Executor do Contrato), **Vilmar Ângelo Rodrigues** (Gerente de Suporte de TI e Executor do Contrato) e **Luciano Ferreira de Araújo** (Atestou a execução dos serviços), pelo possível prejuízo causado ao erário distrital em decorrência de irregularidades no Contrato nº 59/2009, cujo objeto é a aquisição do Sistema de Planejamento de Transferência – SISPLAT.

11. Sem embargo, entendo que se mostra imprescindível nos presentes autos a menção ao quanto averiguado no Relatório de Inspeção nº 1/2011-DIAT/CONEP/CONT, fls. 447/456 do Processo nº 430.000.377/2009, no qual consta que **o objeto do Contrato nº 59/2009, qual seja, a aquisição SISPLAT, era incompatível com a estrutura da então Secretaria de Estado do Trabalho do DF – SETRAB**, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDS/DF. Ressalte-se que o Sistema teria como função compartilhar informações sobre servidores das várias unidades as Secretaria.

12. Isto porque **a jurisdicionada não possuía os seguintes requisitos tecnológicos:** “rede hierárquica composta por 39 redes locais, segurança implementada por firewall e VPN” (fl. 457-v do Processo nº 430.000.377/2009), que dessem azo a implantação do Sistema.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

13. Ademais, **não houve comprovação por parte daquela Secretaria de que o SISPLAT foi efetivamente utilizado ou sequer implantado**, uma vez que consta às fls. 459 do Processo nº 430.000.377/2009 que o gestor alegou não haver qualquer documentação sobre o Sistema e que desconhece se há usuário cadastrado, uma vez que não detém a senha do Sistema.

14. Nessa toada, a carência dos mencionados requisitos tecnológicos e o fato de o gestor informar não ter qualquer informação ou documentação sobre o SISPLAT, são fortes indícios de que o Contrato nº 59/2009 não foi executado.

15. Assim, diante da possível inexecução contratual do ajuste em exame, devem ser citados os Srs. **Rodrigo Germano Delmasso Martins, Antônio Irapuan Bezerra Melo, Marcelo de Oliveira Montini, Vilmar Ângelo Rodrigues e Luciano Ferreira de Araújo** e a empresa **IBROWSE Consultoria e Informática LTDA.**, para apresentar defesa quanto as condutas descritas e individualizadas na Matriz de Responsabilização de fl. 22 ou para **recolhimento do débito solidário** presente à fl. 21.

16. Diante do exposto e do que mais dos autos consta, este Órgão Ministerial **converge** com o entendimento da Unidade Técnica e opina para que o e. **TCDF** acolha *in totum* as sugestões contidas na Informação nº 55/2019 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 26/34.

É o Parecer.

Brasília, 25 de julho de 2019.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador, em substituição à 1ª Procuradoria.